



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

REQUERIMENTO Nº DE - CPIONGS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Juliano Bueno de Araújo, Diretor Presidente do Instituto Arayara de Educação e Cultura, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na Amazônia.

JUSTIFICAÇÃO

Convidamos o Diretor-Presidente do Instituto Arayara de Educação e Cultura para prestar informações com relação às atividades e serviços prestados pelo instituto, o recebimento de recursos financeiros públicos e/ou doações com origem em outros países.

De acordo com o sítio eletrônico, o Instituto Internacional Arayara foi criado há 30 anos, tendo atuação em dez países: Argentina, Brasil, Espanha, Panamá, Paraguai, Portugal, Quênia e Uruguai. A página do Instituto na plataforma LinkedIn destaca o recebimento de recursos financeiros governamentais, valendo replicar trecho do texto: *"Em parceria com governos locais e nacionais, realizamos workshops para mais de 5.000 pessoas"*.

O Instituto Internacional Arayara também destaca fazer parte de campanhas em todas as regiões do Brasil, atuando não só nas áreas de educação e ativismo político, mas também tendo forte atuação no que classificam enquanto "litigância climática".

Neste sentido, a atuação do Instituto Arayara não se limita ao ativismo político e formação educacional, mas também à criação de entraves judiciais à execução de projetos de infraestrutura em estados de norte a sul do país.

Em novembro de 2022, o Instituto Internacional Arayara entrou com a primeira Ação Civil Pública sobre os projetos de geração de energia elétrica que compõem a Complexo Termelétrico no Município de Macaé-RJ. Outras duas Ações Cíveis Públicas foram impetradas sobre o mesmo tema, em dezembro de 2022 e janeiro de 2023, respectivamente.

Em 14 de dezembro de 2022, o Instituto internacional Arayara impetrou Ação Civil Pública buscando anular a decisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de inserir blocos exploratórios nas bacias de Campos e Santos.

Em 12 de abril de 2023, o Instituto Arayara enviou ofício à diversos agentes públicos, incluindo o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANP, encaminhando anexa a Nota Técnica intitulada "Fragilidades e riscos do licenciamento ambiental de atividades de exploração de petróleo e gás na Foz do Amazonas. Em sua página <https://marsempetroleo.arayara.org/>, é possível ver a mobilização do Instituto para inviabilizar a exploração de recursos na Margem Equatorial do país.

Apesar de autodeclarar estrutura de 10-50 funcionários, o Instituto Internacional Arayara tem extensa e especializada atuação em diversas pautas em todas as regiões do país.

As ONGs no Brasil precisam provar que a origem dos recursos financeiros que permitem a atuação contra os interesses nacionais. A captação de valores por meio de convênios com governos municipais, estaduais e federal, além da internalização de recursos advindos do exterior com objetivo de inviabilizar o

desenvolvimento nacional merece a devida apuração no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 27 de setembro de 2023.

Senador Marcio Bittar
(UNIÃO - AC)